

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS TRINDADE  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Gabriel Heidemann Iarozinski

**O processo de consolidação e aprofundamento do neoliberalismo em  
Francisco de Oliveira**

Florianópolis

2022

Gabriel Heidemann Iarozinski

**O processo de consolidação e aprofundamento do neoliberalismo em  
Francisco de Oliveira**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Iarozinski, Gabriel Heidemann

O processo de consolidação e aprofundamento do  
neoliberalismo em Francisco de Oliveira / Gabriel  
Heidemann Iarozinski ; orientador, Luiz Gustavo da Cunha  
de Souza, 2022.

38 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências  
Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Francisco de Oliveira. 3.  
Neoliberalismo. I. Souza, Luiz Gustavo da Cunha de. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Ciências Sociais. III. Título.

Gabriel Heidemann Iarozinski

**O processo de consolidação e aprofundamento do neoliberalismo em  
Francisco de Oliveira**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

Florianópolis, 27 de abril de 2022.



Documento assinado digitalmente  
Rodrigo da Rosa Bordignon  
Data: 27/04/2022 21:42:11-0300  
CPF: 979.833.810-34  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
Luiz Gustavo da Cunha de Souza  
Data: 28/04/2022 13:37:15-0300  
CPF: 331.948.728-00  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Luiz Gustavo da Cunha de Souza, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente  
Tiago Daher Padovezi Borges  
Data: 27/04/2022 17:00:52-0300  
CPF: 309.779.468-94  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina

## **AGRADECIMENTOS**

Meu caminho trilhado ao longo do curso de ciências sociais não seria possível sem a contribuição de diversas pessoas que auxiliaram em minha formação. Por isso gostaria de deixar meus agradecimentos aos meus familiares, pelo carinho e pelas condições fornecidas para meu estudo. Ao meu orientador, Luiz Gustavo, que me guiou para a elaboração desse trabalho. A todos os professores que apenas somaram para a minha instrução. Aos meus amigos e colegas que sempre me apoiaram durante todos os momentos. À UFSC que possibilitou uma formação de qualidade a mim e a tantos outros. Também, à minha namorada, Nayara, pelo amor e carinho dado.

## RESUMO

O presente trabalho buscou realizar uma discussão para responder à seguinte questão: como Francisco de Oliveira mobiliza suas ideias em relação ao processo de instalação e aprofundamento do neoliberalismo no Brasil? Para isso se partiu de sua obra clássica, *Crítica à Razão Dualista*, e, junto dela, textos e entrevistas que representam um momento intelectual em que o sociólogo já se via decepcionado com as políticas petistas. Foi constatado uma enorme preocupação com os rumos que a economia tomava ao longo do período considerado como a revolução passiva no país, iniciado em 1930 com Vargas. O crescimento da dívida e a necessidade histórica da classe dominante brasileira de se manter em uma posição hegemônica foram fatores que facilitaram e deram as bases para a instalação do neoliberalismo no país. Também foi realizado um debate em torno de dois pensadores utilizados por Oliveira para contribuir com sua interpretação em relação às transformações estruturais sofridas pelo país. O primeiro deles, Jacques Rancière, aparece com uma discussão em torno do conceito da política e revela ideias que demonstram a situação a qual o Estado se configura para negar a possibilidade de debate com a parte dos sem parte. Também, Antonio Gramsci aparece em discussões em torno dos conceitos de hegemonia e revolução passiva para reavaliar os governos petistas. Conclui-se que, junto à complexidade intrínseca da formação histórica brasileira, se chega a um estágio em que a classe trabalhadora se torna refém das imposições do capital internacional e as possibilidades de transformação são reduzidas dentro do debate político institucional.

**Palavras-chave:** Francisco de Oliveira. Neoliberalismo.

## ABSTRACT

The present work sought to carry out a discussion to answer the following question: how does Francisco de Oliveira mobilize his ideas in relation to the process of installation and deepening of neoliberalism in Brazil? For this, it started from his classic work, *Crítica à Razão Dualista*, and, along with it, texts and interviews that represent an intellectual moment in which the sociologist was already disappointed with PT policies. There was a huge concern with the direction the economy was taking during the period considered as the passive revolution in the country, which began in 1930 with Vargas. The growth of the debt and the historical need of the Brazilian ruling class to maintain itself in a hegemonic position were factors that facilitated and provided the basis for the installation of neoliberalism in the country. A debate was also held around two thinkers used by Oliveira to contribute with his interpretation in relation to the structural transformations suffered by the country. The first of them, Jacques Rancière, appears with a discussion around the concept of politics and reveals ideas that demonstrate the situation in which the State configures itself to deny the possibility of debate with the part of the without part. Also, Antonio Gramsci appears in discussions around the concepts of hegemony and passive revolution to reassess PT governments. It is concluded that, together with the intrinsic complexity of the Brazilian historical formation, a stage is reached in which the working class becomes hostage to the impositions of international capital and the possibilities of transformation are reduced within the institutional political debate.

**Keywords:** Francisco de Oliveira. Neoliberalism.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CENEDIC Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

FHC Fernando Henrique Cardoso

PCB Partido Comunista Brasileiro

PT Partido dos Trabalhadores

SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

USP Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	AS INTERPRETAÇÕES DO PENSAMENTO DE FRANCISCO DE OLIVEIRA.....	12
2.1	Discussão de Renato Franco e Débora de Carvalho.....	13
2.2	Discussão de Adilson Gennari.....	16
3	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E AVANÇO DO NEOLIBERALISMO 18	
4	DIÁLOGOS COM GRAMSCI E RANCIÈRE .....	26
4.1	Rancière e O desentendimento .....	27
4.2	Gramsci: hegemonia e revolução passiva .....	28
5	CONCLUSÃO .....	33
	REFERÊNCIAS.....	36

## 1 INTRODUÇÃO

A interpretação do termo *neoliberalismo* pode ser encarada de acordo com a maneira em que se apresenta socialmente por meio de suas duas vertentes: doutrina e movimento político articulado em torno de um programa prático (BIANCHI, 1996). A autêntica doutrina neoliberal provém de teóricos que se utilizam do antigo liberalismo para reforçar ideais contrários à intervenção do Estado na economia junto de formas mais modernas, como a escola austríaca de economia, tendo dentre seus representantes Hayek e Mises. Partindo dessa definição, junto de diversas contradições identificadas entre a doutrina e a ação estatal de seus representantes (HARVEY, 2005), dificilmente encontraremos um neoliberal autêntico. Além disso, temos um tema de ampla investigação científica o que faz com que, querendo ou não, juízos de valor se juntem às análises obscurecendo a conceituação. Já a concretização da teoria em movimento político nos traz diversas políticas de expansão de direitos sociais sendo destruídos. A associação com o projeto neoliberal faz com que poucos atores políticos queiram se ver vinculados a esse movimento. “A rigor o neoliberalismo se encontra órfão” (BIANCHI, 1996, p. 83).

Para Francisco de Oliveira, a definição de neoliberalismo parte da análise das ações estatais:

A caracterização do ciclo neoliberal não reside apenas, nem exclusivamente, nas formas e opções da política econômica geralmente conservadora e sob a égide de políticas monetárias recessivas e políticas fiscais ortodoxas. Talvez seja no plano social que o neoliberalismo fique marcado como um período único na moderna história brasileira, na história de média duração, desde 1930. De fato, é a política antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais em geral que marca o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

Encarar o neoliberalismo como doutrina cumpre outro papel nos estudos de Oliveira, para ele, o programa prático seria colocado em uma posição privilegiada para se pensar a particularidade brasileira. Em sua discussão, a chave de virada seria o fim de um programa que vigorava anteriormente: a revolução passiva. Oliveira, de formação intelectual muito próxima da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de Celso Furtado<sup>1</sup>, nota as diferenças entre o programa defendido pela instituição

---

<sup>1</sup> A CEPAL foi criada em 1948 com o objetivo de incentivar a integração econômica entre seus membros latinos. Logo de início recebeu forte influência teórica de seus integrantes (como Raul Prebisch e Celso Furtado),

que participava e os rumos que a programação do Estado brasileiro tomam na medida em que se adaptam às grandes mudanças da configuração das relações de força dentro do Brasil e em suas relações exteriores. Um novo modelo de Estado se consolida de acordo com as exigências da mundialização do capital.

Para Harvey, o neoliberalismo:

é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, p. 12, 2014).

A partir dessa definição, o autor pensa as consequências de tal teoria para a configuração do Estado. Para tanto é necessário reconhecer a distância que a realidade percorre em relação à doutrina neoliberal. Suas aplicações práticas são passíveis de diversas alterações para que possa se concretizar de maneira ou de outra nas diversas nações ao redor do globo que desenvolvem-se de maneira desigual. As parcerias público-privadas foram a maneira encontrada para “integrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação do capital e às redes de poder de classe” (HARVEY, p. 86, 2014). Sendo que, em muitos casos, o risco assumido pelo investimento fica a cargo do governo enquanto que o setor privado se encarrega de grande parte dos lucros.

Assim, diversas outras contradições e tensões são presentes em um meio governado pelo neoliberalismo (HARVEY, 2014). Primeiramente se pode pensar a contradição tida em relação à problemática dos monopólios que, de um lado é vista como um pequeno núcleo que deve ser privilegiado pelo Estado já que estes seriam os grandes responsáveis pela geração de renda e empregos, e por outro seria um fator que entraria em direto confronto com os clássicos princípios de competição de mercado. Também, outra área de controvérsia presente, estaria ligada com o fracasso do mercado que não consegue lidar com os próprios custos e recorre à externalizar custos passivos para que a produção siga possibilitando a acumulação de capital. O grande exemplo disso seria a destruição do ecossistema que não possui nenhuma consequência imediata para seus causadores e, quando há algum combate a tal, é

---

possibilitando a consolidação da escola cepalina de pensamento. Os programas desenvolvimentistas, junto da demonstração da especificidade histórico-estrutural do subdesenvolvimento, são algumas teses cepalinas que foram levadas por Furtado quando, inspirado pelas possibilidades de transformação do nordeste, chega à SUDENE e encontra Oliveira no início de sua carreira como economista (MENDES, 2015).

tratada somente a partir de medidas mercantis. Já que a intervenção estatal é vista com maus olhares, a solução se dá por meio de imposição de taxas de poluição e/ou vendas de direito de poluir.

Esse trabalho se propõe a realizar uma revisão bibliográfica a partir dos ensaios, “Crítica à Razão Dualista” (2013a) e “O Ornitorrinco” (2013b), e apresentar como Francisco de Oliveira encara a transformação neoliberal que ocorre no Brasil. A análise das obras foi realizada da mesma maneira que Mendes (2015) propõe, levando em conta o contexto ao qual a obra foi escrita, não apenas se dedicando ao texto em si. Junto a isso se utilizaram de artigos e entrevistas que já revelam um intelectual decepcionado com as políticas petistas e com um marcado pessimismo em relação às possibilidades de emancipação futuras por parte da classe trabalhadora. No segundo capítulo pretendeu-se realizar uma revisão do pensamento de Oliveira, expondo sua singularidade e o que seria mais importante dentro de suas obras. Para isso, foram utilizados dois artigos que discutem o papel do sociólogo para o pensamento brasileiro e suas principais obras. No terceiro capítulo uma análise do neoliberalismo é proposta. Essa análise geralmente se subdivide em 2 vertentes, sendo uma mais ligada a fatores materiais e econômicos, associada a autores como Robert Kurz e David Harvey, enquanto que a outra se dedica a questões subjetivas e racionais ligadas às transformações dos sujeitos, tendo dentre seus representantes Michel Foucault, Christian Laval e Pierre Dardot. Os estudos de Oliveira, em sua maioria, se enquadram na primeira vertente, porém também há uma preocupação com a subjetividade que virá a ser discutida para além das contribuições trazidas por Harvey em relação ao movimento global realizado pelo neoliberalismo. No quarto capítulo foram escolhidos dois autores que Oliveira dialoga em suas considerações sobre a nova ordem econômica vigente no Brasil. Jacques Rancière aparece com sua filosofia política, que retoma os clássicos gregos, para elucidar as novas formas de dominação do Estado. Já Antonio Gramsci é utilizado por Oliveira para debater conceitos utilizados no campo marxista: revolução passiva e hegemonia.

## 2 AS INTERPRETAÇÕES DO PENSAMENTO DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

O pensamento de Francisco de Oliveira requer cuidado em relação à sua interpretação. A forma ensaística, que aparece dentre suas principais obras em *Crítica à razão dualista*, cumpre a necessidade explicitada por Mendes (2015) de uma forte crítica às ideologias presentes no momento em que os economistas cepalinos se viam cegos para as contradições do capitalismo brasileiro. Estas “só poderiam ser expostas com precisão por um trabalho que aceitasse sua incômoda existência” (MENDES, 2015, p. 5). Assim, nota-se a necessidade do sociólogo de desvendar o imediato, suas “formulações apontam para um pensamento que buscou dar conta das urgências de cada momento presente” (RIZEK, 2013, p. 216).

Em consequência disso vem a necessidade de situar a conjuntura de seus escritos e formação intelectual. Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal de Pernambuco e posteriormente atuou junto de Celso Furtado, na SUDENE. O pensamento cepalino de Furtado serviu de inspiração para que Oliveira pudesse buscar, à sua própria maneira, uma maneira de superar a tese das teorias do subdesenvolvimento. Em *Crítica à razão dualista* são estabelecidas suas diferenças e semelhanças com o pensamento cepalino e, posteriormente, em *O ornitorrinco* é afirmado que sua clássica obra seria “cepalina e marxista no sentido de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante” (OLIVEIRA, 2013b, p. 128)

Com um marcado pessimismo por parte de Oliveira em relação às possibilidades de transformação da sociedade brasileira, pensar a política se faz necessário a partir do momento em que se via nela uma possibilidade de autodeterminação do povo a partir das ideias trazidas por Rancière e trabalhadas junto ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC)<sup>2</sup> (OLIVEIRA, 2012). A transformação real ocorre na oposição que leva ao progresso, ou seja, na política. As possibilidades de ação que restam não operam da maneira como operam por um

---

<sup>2</sup> O CENEDIC foi fundado em 1995 por Francisco de Oliveira e outros pesquisadores na Universidade de São Paulo (USP). O ambiente intelectual criado conta com investigadores que “compartilhavam um desencanto com a realidade econômica, social e política que emergiu da transição brasileira, ao mesmo tempo em que buscavam identificar e incentivar formas alternativas de sociabilidade” (MENDES, 2015, p. 216)

acaso, para isso, as lentes da sociologia são instrumentos para a compreensão dos sujeitos que transformam a realidade. Para além da ação cega deve haver a crítica.

A base conceitual de Oliveira passa por diversos teóricos que dialogam com a teoria crítica. Os conceitos utilizados são e devem ser apreendidos a partir de sua relação com os processos sociais reais na medida em que os objetos e a percepção são produtos da práxis social, ou seja, estão conectados com as condições de existência. Em meio ao sistema capitalista, indícios de uma nova dinâmica em relação às forças destrutivas e à autonomia adquirida pelos sujeitos sociais a partir do aprofundamento dos modos de produção com base na fetichização das mercadorias, levam à visão que “civilização e barbárie são, cada vez mais, faces idênticas da mesma moeda socializadora moderna” (BOTELHO, 2010, p. 13).

## **2.1 Discussão de Renato Franco e Débora de Carvalho**

O pensamento social brasileiro apresentou uma crescente em seus representantes de uma metodologia crítica no período após a segunda guerra mundial (FRANCO e CARVALHO, 2021). Com o que Antonio Candido classificou como a “consciência catastrófica do atraso” (CANDIDO, 1987 apud FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 262), ou seja, a noção da posição periférica internacional econômica em que o Brasil se encontrava, diversos intelectuais começaram a discutir o país a partir da noção de seu subdesenvolvimento. Assim, é fortalecida a “teoria do subdesenvolvimento”, tendo dentre seus representantes Celso Furtado, que reconhecia o lugar de atraso brasileiro em relação ao avanço do capitalismo global ao mesmo tempo em que enxergava a possibilidade de desenvolvimento por vias capitalistas. E, também, a “teoria da dependência”, que teve representantes advindos, dentre outras instituições, da CEPAL de onde saiu uma interpretação refinada sobre as condições históricas em que países da América Latina se encontravam durante o desenvolvimento sócio-econômico pelo qual passaram. O subdesenvolvimento seria assim interpretado não mais como uma etapa de um processo evolutivo, mas como finalidade posta dentro da divisão internacional do trabalho relativa à formação

capitalista de cada país. As implicações trazidas pela condição dos países latino-americanos, de ex-colônia de exploração com finalidade à exportação de mercadorias para o comércio mundial, levariam necessariamente ao subdesenvolvimento na medida em que os países se integram ao capitalismo mundial (FRANCO e CARVALHO, 2021).

Renato Franco e Débora de Carvalho partem da ideia de que Francisco de Oliveira é um dos influenciados por uma corrente de pensamento fundamentada pela crítica das teorias do subdesenvolvimento e da dependência chamada “escola paulista de pensamento”, como denomina Paulo Eduardo Arantes, “por ter florescido na cidade de São Paulo a partir de 1958 com a formação de um grupo de estudos dedicado a reler a obra de Marx” (FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 265). Entre os representantes deste grupo temos Roberto Schwarz, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Otavio Ianni, Fernando Novais, Paul Singer, Gabriel Bollaffi, Francisco Weffort e Michel Löwy. Temos um exemplo da magnitude da novidade argumentativa formulada de maneira dialética por representantes do grupo em relação à posição econômica do Brasil no sistema capitalista mundial a partir da obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* de Fernando Henrique Cardoso. Temos o impacto da persistência da escravidão encarado de maneira revolucionária em comparação à tradição do pensamento social brasileiro, visto não mais como um resíduo do antigo, ou como um elemento do atraso, mas como uma condição chave ao desenvolvimento do capitalismo na região sul do país ao mesmo tempo em que promoveria um “tipo peculiar de racionalidade econômica”. Assim, a escravidão “aparecia como um fenômeno da atualidade” e demonstra a singularidade da formação do Brasil “conjugada com o movimento do capitalismo mundial” (FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 267).

Tal tradição dialética e crítica é entendida como orientadora do trabalho de Francisco de Oliveira por se preocupar tanto acerca “do difícil itinerário do pensamento social [...] quanto sobre a efetiva formação histórico-social brasileira posterior a 1950” (FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 278). Com grande influência da obra de Celso Furtado, Oliveira retoma princípios utilizados pela teoria do subdesenvolvimento para encarar a condição de subdesenvolvimento em que o Brasil se encontra sob uma singularidade constituída a partir da formação histórica do capitalismo na periferia.

Assim, a partir das ideias trazidas pela obra de Oliveira, *O ornitorrinco*, “o atraso deixaria de ser mero resquício do passado colonial, mera anomalia a ser eliminada; ao contrário, ele passaria a ser uma exigência moderna, sem a qual a modernização não se concretizaria” (FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 278).

Também, Franco e Carvalho encaram a obra de Oliveira como desenvolvida a partir de três aspectos principais. Primeiramente, temos os setores tomados como atrasados da sociedade brasileira, ligados objetivamente ao campo, compreendidos de maneira a serem compatíveis com um novo modo de estruturação das forças produtivas. A crescente financeirização da economia junto do fortalecimento de sistemas bancários utilizou das contribuições do antigo sistema a partir do momento em que este tornava possível o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho. Em segundo lugar, o inchaço das cidades proveniente do deslocamento da população do campo para o meio urbano. As consequências do segundo aspecto seriam, principalmente, a formação de um exército de reserva exigido pela indústria que vinha a se fortalecer e suprir a demanda do crescente setor urbano de serviços, em que predomina o trabalho informal.

O terceiro e último aspecto traria a possibilidade concreta de superação do subdesenvolvimento “por vontade e decisão de classes” (FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 280). Porém, a não concretização deste terceiro aspecto estaria diretamente ligada à atuação da burguesia local. A partir do momento em que esse setor dominante escolhe se submeter às vontades de seus colegas internacionais de classe, abdica de construir um projeto nacional. Sendo assim, a perspectiva de Oliveira apontaria no sentido de uma escolha consciente da nação em termos de escolher pertencer e cumprir o papel de subalterno, de país periférico.

Adiante, na análise de *O ornitorrinco* trazida pelos autores, o destaque que é dado para o período da ditadura civil-militar de 1964 em diante possui um ponto chave. Seria este o país ter “se tornado inteiramente capitalista” (FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 280). Isso significou mudanças estruturais em um meio de produção considerado antigo, renovando o agronegócio, e a utilização de uma industrialização já relativamente consolidada. A partir disso, também se pensa a importância que a dívida externa, que teve seu processo de acumulação aprofundado ao longo da ditadura, possui na transformação da dinâmica do capital em um país agora com um

capitalismo já estabelecido em todas as esferas de produção e com 41% de seu PIB, em 2001, sendo destinado ao seu pagamento. Com a situação em que o país se encontra, é possível estabelecer uma conexão com a “radical subordinação financeira” pela qual passou no período pré-crise de 1929. Assim, o Brasil “teria perdido a capacidade da seleção; em outras palavras, a da escolha entre alternativas possíveis” (FRANCO e CARVALHO, 2021, p. 281).

Para concluir a análise são levantados outros três pontos importantes da obra discutidos por Francisco de Oliveira. Primeiramente temos a fusão entre a mais valia relativa e a mais valia absoluta. Isso ocorre devido à disseminação de tecnologia digital, ou também chamada de terceira revolução industrial, que possibilitou a transformação de esferas do mundo do trabalho diretamente ligadas à produção. Em certos empregos o salário tornou-se dependente diretamente das vendas às quais o trabalhador realiza para a empresa, assim, deixando de ser um custo fixo. Também, o enorme aumento de trabalho abstrato virtual fez com que a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção fossem reduzidas. Assim, a argumentação trazida por Oliveira é defendida pelos autores como dialética por notar tendências globais de transformação do capital e interpretá-las a partir da imposição que ocorre para a realidade “singularmente esdrúxula” brasileira.

## **2.2 Discussão de Adilson Gennari**

A partir do artigo “Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira” (2020) de Adilson Gennari podemos notar características intrínsecas da obra de Oliveira para pensar as particularidades do capitalismo brasileiro. Apesar das contribuições teóricas em relação ao conceito marxiano do antivalor, o que das ideias apresentadas pelo artigo interessa para o presente trabalho seria o desvendar da atual sociedade capitalista. Assim, temos primeiramente que as ideias desenvolvidas por Francisco de Oliveira durante seu período de desvinculação e crítica às teses cepalinas apresentam uma forma não dualista de encarar a realidade brasileira. Ou seja, “o dualismo entre centro e periferia, moderno e atrasado, desenvolvido e

subdesenvolvido” (GENNARI, 2020, p. 91) não se apresentava como uma ruptura total em seu pensamento. Pelo contrário, as novas formas de se estruturar a produção no capitalismo brasileiro, na realidade, se encontrariam a partir de uma adequação com formas arcaicas já estabelecidas e pertencentes às tradicionais classes dominantes. Também, no tocante à divisão internacional do trabalho, os países que compõem tal dinâmica são encarados de maneira que “o centro e a periferia formam uma unidade contraditória sob a regência da acumulação ampliada do capital” (GENNARI, 2020, p. 92).

Pode se notar que o autor ressalta a interpretação particularista da realidade brasileira trazida por Oliveira a partir da configuração das classes dominantes. Temos a:

compreensão das novas frações da burguesia, ou melhor, da sua impotência histórica, já que não só deve fazer aliança com as frações tradicionais ou arcaicas [...] como também não pôde se construir como classe autônoma frente ao poder do imperialismo, ou das classes modernas dominantes dos países centrais (GENNARI, 2020, p. 93-94).

Assim, o resultado de tal configuração traria uma "dependência imperfeita" em que o elo dependente não conseguiria se reproduzir e, por consequência, transformaria a acumulação de capital numa “crise estrutural recorrente”. A solução, apresentada a partir da década de 60, se daria a partir do aprofundamento do papel de subordinação do Brasil em relação aos países centrais. “Entretanto, a contradição apenas se reporá, primeiro como dívida externa, depois como inflação, e no período contemporâneo como ultrajante dívida interna” (GENNARI, 2020, p. 95). Também é considerado que, durante esse processo de acomodação perante à crise, os fundos públicos se somam à reprodução da força de trabalho e tomam um papel central dentro da nova configuração econômica, assim, temos esse elemento constitutivo da sociedade passando a ocupar um novo pressuposto para a acumulação de capital.

Ao tratar da fase mais recente do capitalismo, molecular-digital, e de *O ornitorrinco*, Gennari apresenta fatores de transformação que colaboraram para uma reestruturação em termos tanto de globalização quanto da expansão da financeirização. Em um primeiro momento são consideradas as consequências de uma progressiva racionalização e transformações tecnológicas que impregnam o mundo do trabalho a ponto de contribuir para um grande aumento do exército industrial de reserva. Isso se dá pois os empregos gerados pelas novas tecnologias não

compensam a quantidade de postos de trabalho destruídos por elas. Além disso, a crescente do trabalho abstrato como um dos principais componentes para a criação dos produtos na nova sociedade aponta que “o brutal crescimento da produtividade do trabalho no atual contexto é uma luta do capital para encurtar a distância entre as formas concretas e a *essência* abstrata do consumo da força de trabalho” (GENNARI, 2020, p. 99)

Em seguida é ressaltada a ideia de Oliveira em relação à perda de sentido que a dicotomia entre trabalho formal e informal assumiria na sociedade brasileira contemporânea. Pois, já que o desemprego agora se tornaria algo estrutural e não mais um problema derivado dos ciclos econômicos. Isso se reafirma na medida em que certas “ocasiões e regiões” teriam o que é categorizado como trabalho informal ultrapassando o chamado trabalho formal. Vale ressaltar que, para Gennari, o “arcabouço ideológico que preside tais transformações é o neoliberalismo” (GENNARI, 2020, p. 101).

### **3 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E AVANÇO DO NEOLIBERALISMO**

Como a análise materialista do desenvolvimento do capitalismo brasileiro exige uma noção do enquadramento histórico, uma breve revisão a partir da fase anterior ao neoliberalismo, que Oliveira classifica como a revolução passiva, será realizada. Apesar do termo ser cunhado por Gramsci, Oliveira se apropria do conceito para expor a sua interpretação sobre a industrialização do país. Assim, a partir de 1930 se iniciou um processo de revolução passiva no Brasil (OLIVEIRA, 2013b; OLIVEIRA, 2018). Getúlio Vargas, à frente do executivo nacional, iniciou um período de reformas e com isso uma nova lógica estruturante do modelo econômico foi adotada pelo Estado. A defesa do progresso pelo desenvolvimento tomou conta do cenário político com setores, tanto da esquerda quanto da direita, apoiando as novas pautas e criando uma certa hegemonia em torno da ideologia desenvolvimentista, assim, rendendo apoio à industrialização entre a população. Inclusive, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), grande representante partidário da esquerda em sua época, adotou o ideário de industrialização e, junto do governo varguista e setores da

burguesia industrial nacional, apoiaram reformas que iriam alterar toda a estrutura de produção brasileira (OLIVEIRA, 2018).

Dois fatores são chave para a compreensão das transformações que ocorreram no país com base em uma política populista e uma tendência secular de reproduzir a acumulação de renda a favor das classes dominantes.

O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso (OLIVEIRA, 2013a, p. 64).

Assim, temos a legislação trabalhista como um fator que contribui com a construção de hegemonia em torno das classes burguesas empresário-industriais. A instituição do salário mínimo, por exemplo, que integra a nova legislação, atua de maneira a dar uma base ao empresariado em relação aos custos para a compra de mão de obra. Esta possibilita a previsão de um horizonte de investimento e uma base comum referencial entre as alternativas salariais para a crescente classe trabalhadora urbana. Assim, os novos salários seriam pautados no custo mínimo necessário para a reprodução de mão de obra (literalmente um cálculo pautado no preço de alimentos que proviriam as calorias necessárias para a sobrevivência) e viabilizaram um cálculo econômico que favorece uma maior taxa de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013a).

Outro fator que colaborou para conservar a hegemonia das classes dominantes durante o período de revolução passiva foi a progressiva transformação da antiga classe agrária em, utilizando o conceito de Marx, exército de reserva. Existe uma peculiaridade no caso brasileiro que casa fatores tidos como antigos com o progresso, ambiguidade ideológica que transparece o conflito entre as ideias europeias e a realidade brasileira, como já ocorreu no fim da escravidão (SCHWARZ, 2012). O setor agrário, visto como retrógrado pela burguesia industrial na medida em que representava as estruturas econômicas da república velha, não requisitou sua total destruição para a evolução da economia da sociedade. Pelo contrário, o que ocorre é uma integração dialética entre o urbano e o rural que faz com que o segundo providencie ao primeiro tanto alimentos, quanto mão de obra (OLIVEIRA, 2013a).

Uma consequência da organização estrutural desse processo está na ampliação das camadas trabalhadoras que operam no setor terciário da economia (OLIVEIRA, 2013a). Apoiando-se na oferta de força de trabalho barata, os serviços se expandem na medida em que são destinados a suprir a demanda criada pela própria expansão urbano-industrial. Assim, se cria um vasto setor precarizado da população destinado a alimentar setores estratégicos da economia, seu papel é necessário para que a “peculiaridade” da continuidade da acumulação brasileira prossiga. Essa explosão do setor terciário, que se reproduz a partir de moldes não capitalistas da exploração da força de trabalho para apoiar um setor “nitidamente capitalista”, pode ser encarada a longo prazo como “a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema” (OLIVEIRA, 2013a, p. 69).

Com o aprofundamento do sistema que coloca a produção industrial no centro da economia, tendo seu início marcado por Vargas em 1930, mas continuamente aprofundado, em um longo período de mudanças estruturais, pelos governos posteriores temos um novo modelo de Estado nascendo. No período compreendido, que atuou até o fim da ditadura civil-militar de 1964, vigora o modelo liberal fordista de produção. A tese de Oliveira propõe que essa época possibilitou a construção do modelo neoliberal no Brasil a partir de uma ruptura, advinda das mudanças estruturais nas relações de trabalho, e de uma continuidade, que agiu de maneira a preservar o poder da classe burguesa.

Primeiramente, o endividamento devido à injeção de capital estrangeiro na economia possibilitou o alavancamento da indústria ao mesmo tempo, e em segundo lugar, que a tecnologia sob forma de acumulação prévia era importada (OLIVEIRA, 2013a). Assim, se mostra como a autonomia da economia brasileira é uma falácia. Sua inserção no sistema global de mercadorias faz com que o progresso seja um mero reflexo desta mesma inserção (OLIVEIRA, 2013a). Porém, esse novo formato de capitalismo global que começava a firmar suas raízes aparece muito mais como uma possibilidade de superação da crise do modelo fordista do que como um modelo correto a ser seguido (KURZ, 2020).

Os governos representantes da revolução passiva no Brasil desenvolveram a economia a partir de aspectos diversos, cada qual à sua maneira, apesar do período capitalista apresentar as mesmas demandas a todos. Vargas, para começar, teve sua

política levada a um “inevitável enfrentamento com a hegemonia norte-americana”. O motivo estaria no forte investimento em industrialização em um momento em que os EUA elaboraram uma doutrina anti-industrialista em meio à guerra fria. Apesar da contrariedade em relação a um país central, “Vargas foi o verdadeiro construtor da ampliação da dominação burguesa de classe no Brasil” (OLIVEIRA, 2018, p. 46). As estruturas do capitalismo mundial se apresentavam de maneira que o objetivo de frear o desenvolvimento de países não centrais era necessário para conservação da hegemonia.

Kubitschek representa o governo que abriu as portas da industrialização brasileira para o capital estrangeiro com o fortalecimento da indústria automobilística. A combinação entre setores que se retroalimentam marcaram as políticas. Temos um aumento de siderúrgicas que forneciam aço para a fabricação de automóveis, ao mesmo tempo em que a abertura de estradas oferecia uma opção viável ao caminhão como meio de transporte. Ao fim de seus cinco anos de mandato, “todas as grandes marcas da indústria mundial tinham se estabelecido no Brasil” (OLIVEIRA, 2018, p. 48). Em meio à revolução passiva, diversas tentativas de golpes de Estado antecederam o golpe militar de 1964. Esse conflituoso período ficaria marcado como “um pesado ajuste de contas entre os principais blocos burgueses, e a disputa pelo controle sobre a nova classe operária” (OLIVEIRA, 2018, p. 55).

Sobre a ditadura civil-militar e utilizando do conceito de política a partir de Jacques Rancière, Francisco de Oliveira já não vê esta última se realizando em âmbito nacional já que não existe mais confronto (MENDES, 2015). Para Rancière, a política tomaria vida a partir da disparidade de opiniões válidas em ambiente institucional; assim, com a progressão da coerção no Brasil durante o período ditatorial, são esgotadas as possibilidades de contestação. A política, então, perde seu caráter e passa a ser encarada como um Estado policial, que existe para que interesses sejam defendidos com o monopólio da violência legítima na medida em que não há mais espaço para o desentendimento, conceito central para o desenvolvimento da filosofia política, permitindo espaço para contestação (RANCIÈRE, 1996). Com a noção do firmamento de uma hegemonia cultural de esquerda no país, setores da direita se mobilizam para frear de maneira violenta tal progresso. Assim, mesmo ideologicamente se questionando o poder na maioria dos setores da sociedade, com

a instituição do ato institucional nº5 já não há mais a possibilidade de tomá-lo (SCHWARZ, 1978).

O que resta à sociedade brasileira é assistir o aprofundamento de reformas que irão levar a situação econômica a um momento em que já não há mais volta. O progressivo endividamento nacional levará o Brasil a se tornar refém de sua dívida e estruturar sua economia para operar de acordo com esse mecanismo. Com a falha do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) instaurado no pós-golpe, a economia teve de virar suas atenções para o controle da inflação para que fosse retomado seu desenvolvimento. Porém, tais medidas, além de acabarem com os tradicionais créditos cedidos, gastos governamentais e estímulos à demanda, mantiveram sua lógica de privilegiar o sentido de acumulação, da produção, com base em uma seletividade classista (OLIVEIRA, 2013a).

Em poucas palavras, a política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo de reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária, a prática, já iniciada em períodos anteriores, de fuga aos limites estreitos da lei da usura (OLIVEIRA, 2013a, p. 94-95).

Em meio ao aprofundamento das estruturas econômicas na ditadura civil-militar, em 1980, surge um sujeito de grande importância para a história que ainda estaria por ser escrita: o Partido dos Trabalhadores. De origem ambígua constituído por duas frentes, sendo uma sindical no ABC paulista e outra intelectual formada pela elite cultural do estado de São Paulo, grande parte vinda de ex-administradores de bancos estaduais, o PT propiciou aos trabalhadores do setor automobilístico industrial se unirem de acordo com interesses de classe que foram levados à esquerda graças à “crise geral da ditadura e [a]o movimento de redemocratização” (OLIVEIRA, 2018, p. 62). Porém, posteriormente, com um partido de esquerda chegando ao poder, havia a esperança da realização de um papel “civilizatório” de expansão da democracia inspirado no contato que Oliveira possuiu com o Estado de bem-estar francês, “mas o sindicalismo foi mais forte e transformou o PT nisso que ele é hoje” (OLIVEIRA, 2012, p. 611). A ala sindicalista do partido é pensada aqui como o peso que levou a organização a trazer transformações impostas de fora para dentro, se desvincilhando da luta de classes. Assim, “se você entrou na corrida do capitalismo oligopolista, não

tem volta mais. Você tem uma compulsão a copiar os modelos” (OLIVEIRA, 2012, p. 611).

Com o processo de redemocratização do país e a eleição de Fernando Collor, um novo ciclo tem início: o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2018). Esse novo modelo econômico, pautado nas ideias do liberalismo clássico de Adam Smith e David Ricardo e na prática dos governos Thatcher e Reagan, repete um processo notado por Marx. A acumulação primitiva, encarada como a expulsão violenta de tradicionais “produtores diretos”, inicialmente encarada pelo que ocorreu na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, “poderia ser descrito analogamente [...] para o Brasil [...] do fim deste século [XX]” (KURZ, 2020, np).

Além das reformas econômicas que levarão o Brasil a estruturar sua economia em torno do pagamento da dívida externa e da criação de um ambiente “atrativo” para o investimento de capital, com a concessão de abonos fiscais, elevação da taxa de juros, entre outras políticas, os reflexos políticos desse período serão fortemente notados pelo sociólogo Francisco de Oliveira. O esvaziamento do espaço público que ocorre desde a colonização do país, acentuado em épocas autoritárias como a ditadura civil-militar, agora, no período neoliberal, se mostra de forma a privatizar o público e anular a política, antes dada através do caráter nacional e de consequente maior participação popular, no sentido de impossibilitar uma “subjetivação engendrada pelas contradições do Estado de Bem-Estar Social” (DI CARLO, 2020, p. 366). Isso se nota a partir de uma conexão com modelos arcaicos que persistem na sociedade brasileira, marca de análise do sociólogo pernambucano, ou seja, o jeitinho brasileiro, como coloca Sérgio Buarque de Holanda, se reflete na mentalidade da classe dominante e, com a neutralização dos dominados e a exclusão de sua fala, se torna hegemônico um discurso que coloca os problemas da sociedade como problemas de administração. Assim, as políticas provindas do neoliberalismo fizeram com que a desigualdade deixasse “de ser compreendida como estrutural à sociedade brasileira para ser vista como deficiência dos dominados, despreparados para integrarem-se às ‘oportunidades’ ofertadas pelas reformas neoliberais” (DI CARLO, 2020, p. 369).

Percebe-se, então, uma confluência entre a análise estrutural de Oliveira e os efeitos da subjetividade marcada pela especificidade do caso brasileiro, que é construída desde o processo de colonização do país (OLIVEIRA, 2018). Isso se dá

em um cenário global de avanço de concretização da hegemonia neoliberal que irá estipular um novo formato dos modos de produção. Quatro pontos são essenciais para a compreensão do novo sistema: 1) a exploração em massa da força de trabalho paulatinamente perde espaço para a intensificação da força produtiva; 2) o padrão de competitividade entre as empresas se torna global e, com a crescente intensidade de capital se concentrando em países centrais, se torna cada vez mais difícil outras empresas alcançarem esse patamar; 3) a força produtiva aliada à tecnologia gerada pela ciência não condiz com o clássico modelo capitalista, porém, forçosamente, estas são enquadradas no mesmo formato, o que cria uma crise ecológica global, “devido ao seu poder de destruição também global” (BOTELHO, 2010, p. 17); 4) e, por último, como o aprofundamento neoliberal trata de se afastar de categorias que circundam o “trabalho”, como “classes” e “luta de classes”, sua crise já não pode ser superada a partir de um ponto de vista ontológico desses conceitos (KURZ, 2020).

Os governos Fernando Henrique Cardoso foram definitivos para fortemente acelerar a adoção do neoliberalismo como política de governo no país (OLIVEIRA, 2006b). Com uma política estatal conservadora e medrosa, ou seja, de pouco cunho intervencionista, o crescimento econômico brasileiro na década de 90 pode ser tomado como medíocre (OLIVEIRA, 2018). As políticas de privatização junto de um ambiente de forte repressão a manifestações das camadas populares, como a forte repressão que sofreu a greve dos petroleiros em 1995, criou um ambiente em que o Estado se reduziu a defender interesses das classes dominantes. “A combinação de máxima incerteza, erosão da comunidade política e Estado máximo produziu um Estado que está muito perto de ser um Estado policial” (OLIVEIRA, 2018, p. 75). O conceito aqui utilizado por Oliveira, Estado policial, novamente bebe das ideias de Rancière para notar a impossibilidade de expansão do espaço público, em sentido habermasiano, pelas camadas populares. É notado que apesar da ideologia neoliberal se apresentar como antiestatal, sua política se impõe a partir de uma forte intervenção deste (DI CARLO, 2020).

A greve dos petroleiros é um dos eventos que marcam o processo de hegemonização do neoliberalismo no Brasil. Com a diretoria da Petrobrás descumprindo um acordo salarial estabelecido por Itamar Franco e seu então ministro de Minas e Energia, em 1995, estoura uma das maiores greves já vistas em território

nacional com mais de 350 mil trabalhadores paralisados na primeira semana de maio, quando a movimentação teve início. A dura repressão sofrida pelos grevistas a mando de Fernando Henrique demonstra atitudes alinhadas com uma nova programação de Estado disseminada entre os países centrais. Um ponto chave da aplicação do novo modelo seria justamente a “derrota do movimento sindical” (BIANCHI, 1996, p. 95).

O momento em que o PT chega ao poder marca uma peculiaridade hegemônica: a hegemonia às avessas se concretiza a partir do momento em que classes dominadas asseguram a direção moral do país, ao mesmo tempo que a exploração capitalista se aprofunda. Assim, podemos notar que, apesar do ciclo neoliberal ter tido início com Collor, este é acelerado e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso e continuado no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Apesar das tentativas de correção das desigualdades no país pelo governo petista, com programas como o Fome Zero, tais políticas surtiram seu maior efeito em transformar classe em pobreza: introduzindo os setores mais pobres da sociedade ao consumo e, assim, atuando como “o mais poderoso narcótico social” (OLIVEIRA, 2018, p. 144).

Lula, como aponta Oliveira, possuiu uma chance de elevar o país a melhores condições na medida em que percebe a nação em uma trama entre o “desigual e combinado” e sua conseqüente incapacidade de sustentar “as formas institucionalizadas da democracia” (OLIVEIRA, 2006b, p. 24). O momento em que Lula se encontra se assemelha ao de Lênin, a possibilidade revolucionária calcada em qualidades carismáticas dos líderes se apresentou: o russo aproveitou, o brasileiro não:

Ao contrário de Lênin, que percebeu a falência do sistema de poder e aprofundou-a dirigindo o movimento para a revolução socialista, Lula recompôs o sistema político que o turbilhão combinado da desregulamentação de FHC e da globalização havia implodido (OLIVEIRA, 2006b, p. 29).

Nota-se como o PT se transforma na medida em que suas pautas evoluem com o tempo. Como já dito, a luta contra a ditadura pela redemocratização teve grande impacto no posicionamento do partido, porém, a partir do momento em que chega ao poder “o amplo ‘movimento’ da conquista do governo anula as ‘posições’ anteriores, pois o partido da oposição transforma-se no partido da ordem” (OLIVEIRA, 2006b, p. 30). A justificativa parte do consenso ideológico formado em tempos de neoliberalismo. O tão almejado modelo “certo” de economia deve necessariamente

percorrer etapas dolorosas para vastas camadas da população, porém, a transição para a normalidade capitalista não há de chegar, a normalidade está posta e “não se tem nenhuma ideia de como efetuar essa ‘transição’” (KURZ, 2020, np).

#### **4 DIÁLOGOS COM GRAMSCI E RANCIÈRE**

São diversas as obras que influenciaram Francisco de Oliveira e seus escritos. Podemos contar como uma primeira proximidade intelectual a experiência que teve junto de Celso Furtado e as ideias cepalinas, também os clássicos autores brasileiros que pensaram a particularidade do país e as influências da corrente marxista crítica (MENDES, 2015). Contando com a vastidão que contém o arsenal teórico do sociólogo, esse capítulo se propõe a arranhar a superfície do diálogo estabelecido pela obra de Oliveira com Rancière e Gramsci.

A escolha desses dois intelectuais parte da hipótese de que eles assumem um papel chave ao se discutir o neoliberalismo nas obras analisadas por esse trabalho. Rancière traz uma releitura dos clássicos gregos e a partir daí busca repensar a necessidade que trouxe a filosofia política à vida. O núcleo da argumentação filosófica parte da ideia do confronto institucionalizado entre diferentes setores da sociedade gerando, então, o fenômeno da política. Sendo assim, a nova forma que o Estado assume a partir da programação implementada pela ordem neoliberal se apresenta de diferente maneira, como Estado policial. Isso é notado a partir do reconhecimento entre a junção de fatores como “a máxima incerteza, erosão da comunidade política e Estado máximo” (OLIVEIRA, 2018, p. 75).

Já Gramsci recebe uma apropriação diferente. O conceito de revolução passiva é utilizado para encarar os anos de desenvolvimento industrial no Brasil tendo seu fim ao momento em que se inicia o ciclo neoliberal. A visão pessimista implica que a classe trabalhadora possui pouco a ganhar com o raciocínio gramsciano da longa marcha institucional realizada pelo principal ator político e objeto teórico: o partido. Em sua crítica ao PT, Oliveira demonstra que a suposta hegemonia que seria atingida aconteceu, porém, às avessas.

#### 4.1 Rancière e O desentendimento

As ideias trazidas por Rancière em relação ao comportamento político partem da ideia clássica, trabalhada por pensadores fundantes da **filosofia política** ocidental, como Aristóteles e Platão, de que a posse do *logos* pelos sujeitos insere a garantia a uma inclinação política das comunidades humanas. Isso se dá a partir do reconhecimento do bom e do nocivo, do útil e do inútil, e, sobretudo, do *justo* e do *injusto*, a partir da palavra que manifesta. Assim, fundamentalmente a passagem da animalidade para a humanidade consiste na expressão lógica do dano sofrido e a capacidade mútua de compreensão.

Este dano se percebe na medida em que os indivíduos inseridos em uma comunidade enxergam o poder compartilhado que possuem e, assim, gera-se uma preocupação em relação ao controle e ao exercício desse poder. A distribuição de poder, então, é encarada socialmente na medida em que partes (como frações de um todo) que compõem a sociedade assumem diferentes posições e o *justo* começa a ser refletido a partir da “parte” (como sujeito socialmente reconhecido e, conseqüentemente, inserido em um complexo de relações) a que eles estariam inseridos. Ou seja, a partir da noção da partilha do *comum* que se estabelece entre os que formam sociedades humanas, a ação, dada a partir do *logos*, de racionalmente estabelecer uma relação de justiça entre as “partes”, reconhece o dano enquanto uma injusta alocação destes grupos em relação às partes que lhes cabem. Portanto, a fundamentação por trás do fenômeno do político não se comporta a partir das relações e vínculos entre indivíduos, o radical distanciamento em relação a uma lógica de trocas de mercadorias leva a política a um campo que concerne “a uma contagem das ‘partes’ da comunidade, que é sempre uma falsa conta, uma dupla contagem ou um erro de conta” (RANCIÈRE, 2018, p. 21).

As contas realizadas pela filosofia política clássica via o problema da inserção da “parte” do *demos* na política como problema fundamental para o desenvolvimento da administração da sociedade. Enquanto outras partes do corpo social eram encaradas como possuidoras de virtude e riquezas, ao *demos* restava apenas a liberdade, sendo que esta é encarada como o princípio da igualdade entre os sujeitos.

A possibilidade de se descobrirem como “parte” surge da liberdade compartilhada entre os que formam uma comunidade política, assim, pode-se identificar no outro um igual. Porém, o povo percebe-se como a “parte dos sem parte” e gera o ato político na medida em que é reconhecido como igual. Sua manifestação advinda do *logos* explicita o dano intrínseco à sua formação, assim, o povo é “a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como ‘comunidade’ do justo e do injusto” (RANCIÈRE, 2018, p. 24). Assim, os filósofos gregos percebem a política como o confronto entre as “partes”: dos ricos e dos pobres.

A luta dos ricos e dos pobres não é a realidade social com a qual a política tem então de lidar. Ela institui a própria política. Há política quando existe uma parte dos sem-parte, uma “parte” ou um partido dos pobres. [...] A pretensão exorbitante do *demos* de ser o todo da comunidade não faz mais que realizar à sua maneira - a de um *partido* - a condição da política. (RANCIÈRE, 2018, p. 26).

Oliveira, ao iniciar seu artigo “A dominação globalizada” (2006a), reforça a ideia de política presente em Rancière devido ao sentido único que lhe é dada. Se aproveitando da interpretação que dá força ao povo presente no campo político impondo, mesmo que minimamente, uma “agenda de questões” a serem debatidas em âmbito político, a política em tempos de neoliberalismo é reinterpretada.

#### **4.2 Gramsci: hegemonia e revolução passiva**

Em janeiro de 2007 é publicado o artigo de Francisco de Oliveira intitulado “Hegemonia às avessas”. Com um início demonstrando certa surpresa em relação ao desempenho eleitoral dos candidatos que disputavam o cargo de presidente da república em 2006, Oliveira aponta duas problemáticas em relação às eleições. Primeiramente temos uma retomada do voto pautado em personalidades e não em partidos, esta última com forte presença no momento em que o Partido dos Trabalhadores é criado. Também existe uma forte tendência às coligações entre diversas legendas que historicamente são vistas como antagônicas, assim “traições abertas às próprias hostes foram a regra” (OLIVEIRA, 2007, np).

Questionamentos em relação à hegemonia petista já estavam presentes na obra do sociólogo anteriormente. Devido à nova configuração do capitalismo global em um momento de neoliberalismo, é afirmado que:

A hegemonia gramsciana tem pouco poder heurístico para desvendar a natureza do conflito de classes, e a “longa marcha através das instituições”, como método da pedagogia da produção do consenso que poderia produzir o novo poder na sociedade, deixou de ser plausível. Por isso, os partidos como o PT, o novo príncipe, também se institucionalizam e perdem, assim, o poder de operar as rupturas (OLIVEIRA, 2006b, p. 42).

A vitória de Lula é encarada como consequência de sua frágil posição política no que se refere a pautas classistas, pois seria a forma que o ex-presidente encontrou para não possuir “inimigos de classe”. Sendo assim, uma forma que nasce para encarar a continuidade do PT no poder “requer uma reflexão ‘gramsciana’. Talvez estejamos assistindo à construção de uma ‘hegemonia às avessas’ típica da era da globalização” (OLIVEIRA, 2007). A inspiração para tal afirmação sobre a conjuntura brasileira parte de um olhar para a África do Sul, onde, com a liquidação do *apartheid*, se manteve o ideal de possibilidade de vitória por parte dos dominados na consciência do povo sul-africano “enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso” (OLIVEIRA, 2007). Então, a:

“nova dominação [...] inverte os termos gramscianos. Vejamos. *Parece* que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. *Parece* que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro, e financiam pesadamente a dívida interna pública. *Parece* que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. *Parece* que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda, e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula.” (OLIVEIRA, 2007, np).

Também, a expansão do programa Bolsa-Família é vista pelo sociólogo pernambucano como um instrumento de *transformação de classe em pobreza*, como diz em entrevista, um país “que só cuida dos pobres porque ele só produz pobres” (OLIVEIRA, 2012). Esse movimento é defendido inversamente pela esquerda ao longo da história, pois há um interesse dos grupos revolucionários em politizar as massas pobres, mas chega-se a um momento no Brasil em que tal processo é negado e inversamente institucionalizado. Assim, como pontua em “Hegemonia às avessas”, gramscianos brasileiros vêm no programa, e no governo de Lula, “a continuação da ‘via passiva’, na longa, e permanentemente inacabada, Revolução Burguesa

brasileira” (OLIVEIRA, 2007). Porém, para ele, a revolução passiva teve seu fim ao início do governo Lula ou anteriormente com Fernando Henrique Cardoso, momento em que se teve início o período neoliberal do sistema capitalista brasileiro (OLIVEIRA, 2018). Entretanto, é no legado de Gramsci que irá se propor a decifrar as novas formas de dominação que operam em território nacional. Apesar das diferenças interpretativas no tocante à administração política do Brasil, é feita uma menção ao ponto de partida que seu argumento toma:

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia, desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada. (OLIVEIRA, 2007, np)

Então surgem duas questões. Como a hegemonia é trabalhada em Gramsci para resultar em tal argumento? Como a hegemonia dialoga com a realidade brasileira?

A hegemonia é entendida como a dominação de um grupo sob a sociedade de maneira que tanto a coerção como o consenso operam para reproduzir a posição de poder na qual esse grupo se encontra. Então, a hegemonia se apresenta como o interesse máximo dos diversos coexistentes e conflitantes grupos sociais que compõem uma nação. A busca pela hegemonia, em Gramsci, deve ser entendida junto de sua argumentação sobre o Estado aumentado. Este seria a compreensão da sociedade civil, enquanto composta pelas diversas instituições e associações privadas, como integrante do Estado. Assim, a junção orgânica da sociedade civil com a sociedade política, entendida como ocupantes de cargos políticos, resultaria no Estado ampliado (GRAMSCI, 1999). A partir dessa visão podemos compreender as revoluções não como um assalto, mas como um processo de tomada ao poder que precisaria traçar o caminho de conquista de hegemonia da sociedade civil para a sociedade política.

Sabe-se que a única esfera do Estado que pode empregar legitimamente a coerção é a sociedade política. Assim, para que grupos que não ocupem uma posição hegemônica possam vir a dominar a sociedade na qual se encontram, é necessária

uma primeira dominação consensual, partindo do plano moral das relações. Nota-se aqui um reflexo da crítica gramsciana ao determinismo econômico na tradição marxista, sendo que outros fatores, para além dos modos de produção e o acirramento da luta de classes, são levados em consideração ao se pensar os estágios do processo revolucionário. Isso ocorre “na medida em que o deslocamento de estágios compele a classe trabalhadora a agir num terreno *de massas*, ela deve abandonar seu gueto de classe e transformar-se em articuladora de uma multiplicidade de antagonismos e demandas que se espraiam para além de si mesma” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 120).

A partir de Gramsci, buscou-se deslocar a centralidade do conceito de hegemonia do plano “político” para aproximá-lo do plano “intelectual e moral”, assim, sujeitos políticos passam a representar mais que um papel na luta de classes, mas “vontades coletivas” complexas (LACLAU e MOUFFE, 2015). Tais vontades atuaram em duas frentes para transformar a sociedade. Ao se conquistar a hegemonia, um grupo possui a direção, que parte do consenso e das subjetividades que compõem a legitimação desse poder, semelhantemente à Weber (COSPITO, 2016), e a dominação, que parte da coerção e da objetividade do uso da força.

A partir desse referencial teórico pode-se buscar compreender a argumentação de Francisco de Oliveira em “Hegemonia às avessas”. Uma noção que se perpetua na argumentação do sociólogo parte do esvaziamento da política pelo processo de neoliberalização da economia brasileira. Sua argumentação vai ao encontro de Jacques Rancière que encontra no Estado neoliberal moderno uma falta de efetivas funções para além da possibilidade da reprodução do acúmulo de capital. Assim, o capitalismo tardio chega a um momento em que a disputa política institucional pouco pode alterar os rumos estruturais da sociedade. Com a crescente preocupação com o capital internacional, as exportações e o pagamento da dívida, a economia e a política brasileira se veem reféns de uma dinâmica que limita o Estado à tarefa de fiscalizar e perpetuar o papel do Brasil perante a divisão internacional do trabalho, o Estado policial. Não há mais um debate sobre o que fazer em âmbito político, o debate fica limitado, ao máximo, a se discutir como reduzir os danos causados pelo local em que o país ocupa na economia global. Assim, é argumentado que:

[No Brasil,] Com *superávits* primários estratosféricos, com políticas assistencialistas de funcionalização da pobreza, com autonomia e independência do Banco Central, com reforma da Previdência, com redução de auxílio-doença, com alto desemprego e explosão do que já se chamou “trabalho informal”. Isto é, a política policial fazia o acordo entre as formas do Estado e o estado das relações sociais (OLIVEIRA, 2018, p. 76).

Pode-se notar que, quando o PT chega ao poder, para Oliveira (2018), há alguns sinais de que o Estado policial, como coloca Rancière (1996), já atua no país. Dessa maneira, lutas e conflitos inerentes à democracia passam a ser manejados pelo Estado de maneira que, o que seria o cerne da política, não atrapalhe a posição que o país ocupa na economia global. A política é substituída pela administração. A falta de possibilidades para a política brasileira demonstra alguns sinais, como a “carta ao povo brasileiro”, que compromete o governo petista com demandas internacionais do capital. Então, a hegemonia, sendo conquistada por um partido popular que conseguiu instaurar uma relação de diálogo com as massas e que, posteriormente, atingiu o cargo máximo em meio à sociedade política brasileira perpetua a lógica de acumulação de capital a favor das classes dominantes. Atua de maneira avessa ao discurso de classe que a elegeu. A objetividade petista mantém o aprofundamento da dominação de classe enquanto que sua subjetividade moral e intelectual legitima sua posição de dominante.

Apesar da possibilidade de uma revolução passiva estar em curso no Brasil para possibilitar as bases estruturais para a maturação do capitalismo, para Oliveira o fim desta já chegou. O forte controle por parte do capital financeiro atua de maneira que se reconfiguram as relações capitalistas internacionais. As grandes quantidades de investimento de capital fictício fazem com que empresas privadas, que possuem acumulação prévia, estejam muito à frente da concorrência na medida em que a tecnologia avança de maneira a impossibilitar a competição. Assim, uma série de medidas provisórias se fazem necessárias para governar e negociações que beiram a legalidade mantém viva a possibilidade de estar em marcha “uma permanente incapacidade de as sociedades da periferia capitalista suportarem qualquer institucionalidade” (OLIVEIRA, 2018, p. 77). Portanto, a hegemonia petista não se fez de maneira tradicional por pertencer a um momento histórico em que a política não atua de maneira a superar problemas, mas sim para “rebaixá-los”, torná-los sustentáveis na medida em que a exploração é aprofundada. Assim, “a ‘solução’ é

falsa, pois repõe os problemas num estágio inferior à própria contradição” (OLIVEIRA, 2018, p. 77).

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo geral do trabalho, a revisão e análise das ideias de Francisco de Oliveira em relação ao processo de aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, foi perseguido na medida em que foram utilizados alguns trabalhos do sociólogo, com destaque dado para *Crítica à Razão Dualista* e escritos posteriores à chegada do PT à chefia do executivo nacional, onde se atinge duas versões do pensamento de Oliveira a respeito das possibilidades de transformação e do estado político-econômico que se encontrava o país.

Diversas questões-chaves do pensamento do sociólogo foram levantadas. A inovadora metáfora do ornitorrinco coloca o Brasil em uma posição de particularidade argumentativa no que diz respeito ao pensamento social. O impasse evolutivo trazido por Oliveira nos leva a interpretar o país sob outra ótica. Toda a euforia relacionada a movimentos desenvolvimentistas se choca com a posição em relação à economia global e freia as esperanças ligadas à possibilidade de soberania internacional. O papel que o PT cumpre na história do país se choca com elementos gramscianos e desperta uma nova visão sobre a teoria do marxista italiano. Como se dá a hegemonia quando se está refém do movimento global do capitalismo? Se considera que a revolução passiva acabou e com o aprofundamento do neoliberalismo se torna cada vez mais difícil a conquista de direitos trabalhistas. Podendo afirmar, inclusive, que a necessária formação da classe trabalhadora em território nacional chegou ao seu fim e agora o que se forma são consumidores por meio de programas de distribuição de renda.

Deve-se ressaltar, também, a fusão entre a mais valia relativa e a mais valia absoluta. Sua consolidação, que ocorreu devido à disseminação da tecnologia digital, ou também chamada de terceira revolução industrial, possibilitou a transformação de esferas do mundo do trabalho diretamente ligadas à produção. Em certos empregos o salário tornou-se dependente diretamente das vendas às quais o trabalhador realiza

para a empresa, assim, deixando de ser um custo fixo. Também, o enorme aumento de trabalho abstrato virtual fez com que a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção fossem reduzidas. Assim, a argumentação trazida por Oliveira pode ser interpretada como dialética por notar tendências globais de transformação do capital e interpretá-las a partir da imposição que ocorre para a realidade “singularmente esdrúxula” brasileira (FRANCO e CARVALHO, 2021).

O longo movimento econômico ao qual o capitalismo mundial se submete é encarado por Oliveira como a tentativa dos países centrais de manterem sua hegemonia. Harvey e Kurz trazem ideias que partem desse mesmo ponto de partida e são incorporadas ao trabalho. As novas formas de exploração de trabalho abstrato, o distanciamento da competitividade por parte da formação de monopólios e o papel desempenhado pela ciência iniciando a era molecular-digital são fatores que, em conjunto, ajudam a desvendar as novas formas de dominação instauradas pelo neoliberalismo.

Sobre os diálogos estabelecidos entre Oliveira e Rancière e Gramsci, podemos destacar as diferentes abordagens adotadas. Rancière é utilizado de maneira a reinterpretar o significado de política e encontrar a resposta para a situação de reduzidas possibilidades em território institucional na qual a classe trabalhadora se encontra. O litígio apresentado pela “parte” dos pobres a ser notado pela “parte” dos ricos não ocorre mais na posição econômica em que o Brasil se encontra, assim, os termos em que o debate político se estabelece são outros e não levam em conta as demandas levantadas pela grande maioria da população. Enquanto Gramsci dá a oportunidade de reavaliação de seus conceitos, hegemonia e revolução passiva, dentro da realidade brasileira, como dito anteriormente.

O ornitorrinco que é o Brasil se revela em diversas complicações de análises sociais e econômicas, o presente trabalho buscou dar conta de parte das ideias de Francisco de Oliveira em relação ao neoliberalismo no Brasil. Contando com a vastidão da obra do autor em análise, muitos outros estudos podem ser desenvolvidos nesse sentido ao mesmo tempo em que tragam mais questões para análise. Assim, existe uma vasta discussão que ainda poderia ser realizada em relação às suas obras lançadas no período de consolidação da democracia brasileira, como a aposta nas

câmaras setoriais e as discussões junto ao CENEDIC (MENDES, 2015), agregando na compreensão do aprofundamento do neoliberalismo no país.

## REFERÊNCIAS

- BIANCHI, A. G. O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. **Plural**, v. 3, p. 82-101, 1996.
- BOTELHO, M. L. O colapso da modernização e a barbárie civilizatória. **ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO**, p. 13, 2010.
- COSPITO, G. Estructura y superestructura. In: **El ritmo del pensamiento de Gramsci**. Una lectura diacrónica de los Cuadernos de la Cárcel. Buenos Aires: Continente, 2016.
- DI CARLO, Josnei. O jeitão neoliberal no Brasil: compêndio sobre o caráter nacional e a racionalidade neoliberal a partir de Francisco de Oliveira. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, p. 358-371, 2020.
- FRANCO, R.; DE CARVALHO, D. C. Teoría crítica y neoliberalismo en Brasil: notas sobre Roberto Schwarz y Francisco de Oliveira.: notas sobre Roberto Schwarz y Francisco de Oliveira. **Constelaciones. Revista de Teoría Crítica**, n. 13, 2021.
- GENNARI, A. M. Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um aviso raro na dialética brasileira. **Revista Fim do Mundo**, n. 01, p. 86-103, 2020.
- GRAMSCI, A. “Caderno 13 (1932-1934). Breves notas sobre a política de Maquiavel”. Em: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, Vol 3.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. marxists.org, 2020. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kurz/1991/colapso/index.htm>>. Acesso em: 28 de ago. de 2021.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília, CNPq, 2015.
- MAYRING, P. **Introdução à Pesquisa Social Qualitativa**. 5 ed. Weiehm: Beltz, 2002.
- MENDES, F. da Silva. **O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- OLIVEIRA, F. de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**, 2006a.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista: O ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.

OLIVEIRA, F. de. Do Dualismo ao Ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. [Entrevista concedida a] Marcelo Siqueira Ridenti e Flávio da Silva Mendes. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, 66, p. 601-622, set. 2012.

OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. **Piauí**, São Paulo, 7 de janeiro de 2007. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, F. de. O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil. In: **Brasil: uma biografia não autorizada**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, F. de. **O momento Lênin**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 75, jul. 2006b.

OLIVEIRA, F. de. O ornitorrinco. In: **Crítica à Razão Dualista: O ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RANCIÈRE, J. **O Desentendimento: Política e Filosofia**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIZEK, C. S. Homenagem de vida: Francisco de Oliveira, a coragem da crítica radical. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 11, n. 31, 2013.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: **Ao Vencedor as Batatas**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SCHWARZ, R. Cultura e política 1964-1969. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.